

Os direitos do cidadão do mundo

■ Human Rights Watch celebra 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos lamentando que EUA remem contra a corrente

WASHINGTON – O paradoxo da queda das fronteiras no combate pelos direitos humanos e o crescente isolamento, neste terreno, da única superpotência mundial, os Estados Unidos, marca o relatório anual com que a organização Human Rights Watch (Observatório dos Direitos Humanos) assinala o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sediada nos Estados Unidos e cobrindo em seu novo documento 68 países, a HRW lamenta "a resistência dos EUA em 1998 a aderir ao sistema internacional de direitos humanos", considerando as atitudes de seu governo "gravemente defasadas em relação à maior parte do resto do mundo".

Antes de entrar no detalhe dos problemas que subsistem nos diferentes continentes, o relatório tem motivos para comemorar. O aniversário redondo da declaração pioneira patrocinada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) ocorre num momento em que seu significado original, frisa a HRW, está consideravelmente expandido. "O papel dos governos, o número dos beneficiários e a força dos defensores dos direitos humanos são hoje dramaticamente diferentes do que eram há meio século", diz o documento. Por um lado, "direitos humanos" já não se aplicam apenas, como na era da Guerra Fria, à defesa de intelectuais soviéticos sob o regime comunista, de opositores de regimes de direita na América Latina e na Ásia ou do regime do apartheid na África do Sul, mas também a vítimas de violência policial, de ações indiscriminadas de guerra, de minas, de discriminação por motivos de sexo, raça, idade ou até econômicos, culturais e sociais.

Por outro lado, frisa HRW, o fato de que "todos" devem ter acesso aos direitos e liberdades contemplados na Declaração vem assumindo na atual década uma conotação internacionalizante cada vez mais acentuada. "Hoje, os direitos humanos estão consolidados como preocupação legítima de toda a humanidade", sendo "amplosamente aceitos" que a incapacidade de agir dos governos nacionais é motivo de "legítima preocupação da comunidade internacional".

Interferência – O desprestígio crescente das alegações de interferência em assuntos internos, por parte de governos acusados de desrespeito aos direitos humanos, é exemplificado pela HRW com casos como o dos protestos dos presidentes da Indonésia, B. J. Habibie, e das Filipinas, Joseph Estrada, contra a detenção do ex-vice-primeiro-ministro malasiano Anwar Ibrahim, acusado de corrupção e sodomia num processo de forte conotação política.

Mas o avanço-símbolo terá sido a criação em julho de um inédito Tribunal Penal Internacional, graças à vontade política de 120 países e apesar da oposição de apenas sete, os Estados Unidos, a China, o Iraque, a Líbia, Israel, Catar e o Iêmen. HRW enxerga, nesta iniciativa, um êxito do mesmo tipo de aliança de "poder suave" (a expressão é do chanceler canadense Lloyd Axworthy) que levou em dezembro de 1997, no Canadá, à assinatura de um tratado de banimento das minas antipessoais: a aliança de Estados médios e pequenos e organizações não-governamentais.

O documento frisa o empenho de países como Argentina, a República Tcheca, a Hungria, Malauí, a Polônia, o Senegal, a África do Sul ou a Coreia do Sul em tocar para a frente uma instituição internacional de justiça que "permaneça acima das pressões de tiranos locais pela impunidade" em crimes contra a humanidade, de genocídio ou de guerra; e ressalta que "não estavam adotando um tribunal basicamente para outros povos, mas encarando-o como útil para si mesmos, como uma espécie de garantia contra futuras violações".

Rapidez – Nesse panorama, o tratado sobre as minas terá batido recordes de rapidez, devendo entrar em vigor em março de 1999, ratificado já pelos necessários 40 países. A ele se opuseram também os Estados Unidos, cujas iniciativas para tentar minar o Tribunal Penal Internacional – com pressões sobre países aliados – são denunciadas por HRW. Washington queria introduzir nos estatutos do TPI cláusulas de exceção para seus cidadãos, especialmente militares, para preservá-los de iniciativas jurídicas que considerassem politicamente motivadas.

O relatório também cita numerosas iniciativas americanas em favor dos direitos humanos em países onde são desrespeitados, mas considera que "ironicamente, à luz de seu compromisso há muito declarado em favor dos direitos humanos em casa e em sua política externa, o governo americano representa hoje uma ameaça à universalidade dos direitos humanos". O relatório refere-se ainda a tratados sobre direitos de mulheres, crianças, trabalhistas, econômicos e de proteção de civis em tempo de guerra que não foram ratificados pelos EUA.

Saudando as tentativas de processar o general Augusto Pinochet, HRW considera que a iniciativa espanhola se escora em "leis internacionais que tornam os crimes contra a humanidade delitos de jurisdição universal cujos autores podem ser processados em qualquer tribunal competente". E rebate o argumento – eminentemente americano – de que iniciativas como esta poderiam dissuadir outros ditadores de negociar sua saída do poder, afirmando que "a impunidade gera mais violações. A detenção de Pinochet [...] indica aos futuros tiranos que a partir de agora será mais difícil escapar a uma prestação de contas, o que pode contribuir para impedir novas atrocidades".



O assassinato jamais esclarecido do jornalista Luis Cabezas, há dois anos, levou milhares de argentinos às ruas

NA AMÉRICA LATINA, VIOLENCIA POLICIAL

Cuba é uma "notável exceção" entre as democracias pluripartidárias da América Latina e do Caribe, segundo o relatório anual da Human Rights Watch (HRW). "O governo de Fidel Castro chega aos 40 anos sem sinais de abertura política no horizonte", diz o documento. As "maquinações" do presidente Alberto Fujimori para se perpetuar no poder, no Peru, também mereceram atenção. O grande destaque negativo do relatório sobre o continente, entretanto, não são as violações às liberdades políticas – como ocorria repetidamente em anos anteriores –, mas aos direitos básicos do cidadão, vítima da violência, da impunidade dos criminosos e da corrupção do aparelho policial e judiciário.

Brasil, Argentina, México, Venezuela, Haiti e Peru estão entre os países em que a brutalidade policial é sistemática. Além de Fujimori, os presidentes da Argentina, Carlos Menem, e do México, Ernesto Zedillo, são acusados de eliminar ou propor a eliminação, por decreto, de direitos básicos de suspeitos de crimes comuns.

O resultado geral, diz a HRW, foi um grave recuo no respeito aos direitos humanos em 1998 no continente como um todo.

PERU: Comprometendo ainda mais a já precária independência do Judiciário pe-

ruano, o presidente Fujimori, diz o relatório, impôs vários decretos que eliminaram direitos básicos de suspeitos, reproduzindo as "piores tradições dos tribunais para terroristas" nos tempos mais duros da guerra contra o Sendero Luminoso.

MÉXICO: Vitórias importantes para o pluralismo partidário resultaram em benéfica perda de poder para o antes monolítico PRI, mas estas mudanças, segundo a HRW, não afetaram a situação dos direitos humanos no México. Tortura, prisões arbitrárias e sistema judiciário cego aos abusos continuaram por todo o país. O presidente Zedillo enviou ao Congresso uma proposta anticrime que permite detenções baseadas em frágeis evidências, num país em que imperam as prisões ilegais, a fabricação de provas e uma defensoria pública ineficaz.

COLÔMBIA: O conflito armado entre governo e rebeldes continuou afetando as populações civis, com flagrantes desrespeitos às convenções de guerra. O governo nada faz para punir os grupos paramilitares – aos quais são atribuídas as maiores atrocidades da guerra –, quando seus soldados não participam deles diretamente.

ARGENTINA: O presidente Menem declarou publicamente sua intenção de sa-

crificar algumas proteções aos direitos humanos na luta contra a violência, anunciando uma fase "linha dura" para os delinquentes. "Num país onde a brutalidade policial é tão entrinhada que chega a ser endêmica, as declarações do presidente são sinal verde para maus-tratos e execuções sumárias", diz o documento, citando os assassinatos nunca esclarecidos de jornalistas, atribuídos a agentes policiais.

CUBA: Embora o presidente Fidel Castro tenha afirmado à HRW em 1995 queencionava abolir a pena de morte, prisoneiros cubanos foram executados em 1997. Além disso, Cuba comunicou que manterá a instituição da pena capital em setembro do ano passado, em relatório às Nações Unidas. A última instância que arbitra as execuções é o Conselho de Estado, presidido por Fidel Castro, "o que elimina qualquer aparência de independência do Poder Judiciário cubano".

GUATEMALA: Recém-saída de guerra civil de 36 anos, como os vizinhos El Salvador e Nicarágua, a Guatemala ainda não resolveu seu mais grave problema: a impunidade. "O chocante assassinato do bispo Juan José Gerardi mostra os limites de um processo de paz que falhou em punir as violações dos direitos humanos."